

a raposa no galinheiro

Como não está conseguindo mais sucesso com seu Plano Cruzado, seu único instrumento de política econômica, o governo resolveu mudar sua estratégia e agora está apelando — desculpem o trocadilho — para a polícia econômica. É exatamente este expediente que os ministros Dílson Funaro e João Sayad e seus agentes desencavaram para tentar conter as distorções provocadas pelo excesso de intervenção do Estado na vida das

das pelo excesso de intervenção do Estado na vida das empresas e dos cidadãos. Passamos, rapidamente, do intervencionismo e da regulamentação aguda para a fase da repressão policial, numa ilustração perfeita daquela verdade que o presidente Sarney tanto gostava de repetir, antes que os fatos o obrigassem a calar: "Não existe liberdade política sem que haja liberdade econômica". E com um senão adicional: dificilmente este tipo de expediente alcançará os efeitos desejados pelas autoridades, que é conter a especulação ou o mercado negro.

Na semana passada, em dois episódios, as autoridades federais acionaram seus novos instrumentos de polícia econômica: determinaram a ação da Polícia Federal no mercado paralelo de dólar e proibiram, durante quatro meses, a transferência de linhas telefônicas entre particulares. As duas ordens partiram de Brasília depois que o dólar, no black, chegou a ser negociado com um ágio de mais de 80% em relação a seu valor no oficial e as linhas telefônicas chegaram a ser vendidas por um valor até dez vezes maior do que o seu preço de tabela.

Tanto no caso do dólar no paralelo quanto no dos telefones o governo incorreu numa grave confusão: tomou um efeito como causa e resolveu atacar a especulação com a polícia. Fez como o médico que, não conseguindo acabar com a doença de seu cliente, toma a sábia providência de quebrar o termômetro que registrava a febre do enfermo, acreditando que sem registro não haverá mais febre. Como bem lembrou o professor José Carlos Graça Wagner em artigo publicado ontem no Jornal da Tarde, "especulação é efeito e não causa".

ça de agios na economia, nossas autoridades não precisam ficar alimentando a hamletiana dúvida de saber quem nasceu antes, se o ovo ou a galinha, para descobrirem o que deve ser feito. O mercado negro e o ágio são filhos diletos da escassez. É o óbvio ululante, como dizia Nélson Rodrigues: se falta um produto, e ainda assim há agentes econômicos precisando dele, é natural que seu preço suba. E, se seu preço estiver tabelado, é natural que ele seja negociado com um sobrepreço. O preço de tabela fica valendo apenas para as fajutas estatísticas oficiais, o que deve servir para aplacar a consciência e o zelo profissional de quem prometeu o paraíso da inflação zero porque para qualquer outra coisa nós, consumidores, sabemos que não serve.

vítimas da fúria oficial na semana passada. Mesmo porque esta falta generalizada de produtos é consequência de equivocadas decisões políticas das autoridades que, agora, atabalhoadamente, apelam para o guarda da esquina e, como escreveu o professor Graça Wagner no artigo já citado, para "um furor proibitório que lembra os tempos iniciais do AI-5. E, antes disso, a enxurrada de decretos-leis, portarias, resoluções e circulares do Estado Novo, depois do golpe de Estado de 1937".

linhas e o empregos também se apoderaram desses recursos e as empresas estatais de telecomunicações só arrecadavam para pagar as despesas de pessoal e custeio. Deixaram de ampliar a oferta de seus serviços de acordo com as necessidades do mercado e chegamos hoje a uma situação em que, só em São Paulo, registra-se a falta de 600 mil telefones.

Como não pode ampliar rapidamente essa oferta nem quer admitir sua incompetência empresarial, o governo proíbe a negociação das linhas telefônicas pensando, com isso, eliminar o mercado paralelo que se formou. Não irá resolver nada. Na realidade, a portaria do Ministério das Comunicações apenas transferiu para dentro do aparelho burocrático a cobrança de ágio: quem tiver um amigo no governo e na companhia telefônica ou quem se dispuser a pagar uma propina certamente continuará conseguindo realizar as transferências. É a estatização do ágio e a facilitação do suborno.

dores é consequência direta da danosa política de reserva de mercado e da mais danosa ainda atuação da Secretaria Especial de Informática. A SEI, dando uma interpretação ainda mais radical à já restritiva Lei da Informática, simplesmente impede às empresas importarem peças essenciais para seus produtos. E, para não paralisarem suas atividades, elas são forçadas a apelar para o mercado paralelo.

outras palavras, os investidores estão aposta no real, na moeda forte — o dólar — garantida por um governo democrático, que respeita a sua própria legislação e as leis do mercado. Especulação com dólar no paralelo é o maior sinônimo de falta de confiança na política econômica.

A questão, como vimos, não é policial, mas econômica. E sobretudo política, porque é reflexo direto da intervenção do governo em atividades que deveriam estar nas mãos do setor privado e dos cidadãos. Nos países desenvolvidos cujos governos procuram adaptar-se às, ou aproveitar os impulsos das leis do mercado e não tentar infantilmente negá-las, as concessionárias privadas de telecomunicações que visam ao lucro e não têm quem as subsidie, ampliam os seus serviços com regularidade de acordo com a demanda, e não há escassez de telefones: portanto, não há mercado negro nem

especulação ou cobrança de ágios. Nesses mesmos países não existem "reservas de mercado", nem os governos vivem interferindo nas bolsas de valores e no mercado financeiro; portanto, o mercado paralelo de dólares é marginal, não tem significado.